



Agricultura familiar, alimentos orgânicos e selo nacional: panorama atual no Brasil

Natalie Alana PEDROSO^{1*}, Daniele Wallis GARBOSA², Lia Maris Orth Ritter ANTIQUEIRA³

¹Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

²Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil.

³Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Ponta Grossa, PR, Brasil.

*E-mail: nataliealana@gmail.com

Submetido em 19/07/2023; Aceito em 13/09/2023; Publicado em 14/09/2023.

RESUMO: O governo brasileiro possui políticas e programas de apoio, como o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) que identifica e valoriza os produtos, proporcionando segurança aos consumidores. Com intuito de analisar o panorama atual da agricultura familiar no Brasil baseando-se em fontes oficiais, esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa e qualitativa complementar, utilizando o método de Análise Temática. Os dados foram obtidos do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com dados referentes ao Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) do ano de 2022. Foram analisados 2706 registros de agricultores familiares de produção orgânica, apresentando-se produção alimentos, os selos SENAF, cooperativas e agricultores familiares e os estados brasileiros de cada ocorrência. Os resultados destacam a diversidade na agricultura familiar produtora de orgânicos, enfatizando a necessidade de que mais registros para se ter um perfil mais completo e real, necessitando de apoio técnico para aumento do número de certificações. O estudo também permite inferir sobre a necessidade de estratégias para aumento do consumo de produtos orgânicos.

Palavras-chave: segurança alimentar; produção orgânica; certificação; SENAF.

Family farming, organic foods and the national seal: current panorama in Brazil

ABSTRACT: The Brazilian government has support policies and programs, such as the National Family Agriculture Seal (SENAF), which identifies and values products, providing consumers with security. To analyze the current scenario of family farming in Brazil based on official sources, this research adopts a complementary quantitative and qualitative approach, using the Thematic Analysis method. The data were obtained from the Brazilian Open Data Portal of the Federal Government, from the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), with data referring to the National Family Farming Seal (SENAF) for the year 2022. They analyzed 2706 records of organic production family farmers, presenting food production, SENAF seals, cooperatives and family farmers and the Brazilian states of each occurrence. The results highlight the diversity in family farming producing organic products, emphasizing the need for more records to have a more complete and real profile, requiring technical support to increase the number of certifications. The study also allows inferences about the need for strategies to increase the consumption of organic products.

Keywords: food safety; organic production; certification; SENAF.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser definida como um sistema de produção agrícola baseado em propriedades familiares, onde a família desempenha um papel central na gestão e trabalho da atividade agrícola. É uma forma de produção agrícola que se destaca pela utilização intensiva de mão-de-obra familiar e orientação para o consumo local e regional (LAGO et al., 2006).

Essa prática desempenha um papel fundamental na segurança alimentar no Brasil, na geração de renda e no desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Contribui para a produção de alimentos frescos, realizando o fortalecimento das economias locais, a preservação da cultura e do conhecimento tradicional, além da conservação dos recursos naturais (SALGADO et al., 2020). Cardoso et al (2018)

destacam que a agricultura familiar também contribui para a preservação da biodiversidade, a proteção das características paisagísticas do território, a salvaguarda do capital cultural, o fortalecimento das relações familiares e sociais, e a contenção do êxodo rural.

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, 76,8% das propriedades rurais pertencem a agricultores familiares, porém somam cerca de 23% da totalidade das áreas rurais existentes no Brasil (IBGE, 2017).

Das variadas produções da agricultura familiar, há os produtos orgânicos, que não recebem qualquer tipo de agroquímicos sintéticos, como pesticidas, hormônios e agrotóxicos. Isso contribui para uma alimentação mais saudável e reduz a exposição a substâncias químicas tóxicas

(LAGO et al., 2006). Lago et al. (2006) destacam que o agronegócio de produtos orgânicos tem ganhado visibilidade da população consciente e sensibilizada com a preservação ambiental e o consumo de alimentos mais saudáveis. Dentre os países da América Latina, o Brasil é o que mais consome produtos orgânicos, onde a exportação é destaque no mercado, chegando a 70% da produção orgânica, oriunda de 80% da produção da agricultura familiar (PADUA et al, 2013).

O governo brasileiro, por meio de políticas públicas e programas de incentivo, busca apoiar e fortalecer a agricultura familiar, inclusive a produção orgânica. Essas políticas incluem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece linhas de crédito especiais, assistência técnica e incentivos para os produtores familiares. Além disso, existem certificações orgânicas reconhecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que atestam a conformidade dos produtos orgânicos com as normas estabelecidas. Essas certificações são importantes para o comércio e a garantia de que os produtos orgânicos são produzidos de acordo com as práticas sustentáveis.

A agricultura familiar no Brasil é regulamentada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que determina diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos, estabelecendo requisitos para enquadramento na categoria de agricultor familiar, (BRASIL, 2006). Nas regulamentações, há o Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF), que se trata de uma certificação que identifica os produtos provenientes da agricultura familiar no Brasil. Seu acesso é gratuito para todos os agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A solicitação e renovação do SENAF podem ser feitas de forma prática e conveniente por meio do Sistema Vitrine da Agricultura Familiar (MAPA, 2023). O selo engloba agricultores familiares de diferentes grupos, com variadas produções, de forma nacional. Assim, os dados dos obtentores do SENAF trazem uma gama de informações, justamente por apresentar a pluralidade da agricultura familiar.

O Selo Nacional da Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental no fortalecimento da identidade dos agricultores familiares. Ele oferece segurança aos consumidores, garantindo a origem dos produtos e transmitindo confiança na qualidade e nas práticas de produção. Além disso, o SENAF também contribui para o aumento da visibilidade dos produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2023). Atualmente há sete tipos de selos: SENAF Demais Agricultores; SENAF Mulher; SENAF Juventude; SENAF Empresas; SENAF Indígena; SENAF Quilombola e SENAF Sociobiodiversidade.

As diferentes categorias buscam valorizar a diversidade do meio agrário, que além de ser influenciado pelas paisagens variadas (incluindo o meio físico e o ambiente), reflete diferentes variáveis econômicas e a presença de diferentes tipos de agricultores, cada um com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e produção (CARDOSO, 2018).

Esse trabalho teve por objetivo analisar os dados presentes no Conjunto de informações sobre agricultores familiares obtentores do selo SENAF, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de modo

que evidencie e apresente a diversidade existente nesse grupo nos diversos âmbitos.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza descritiva, quantitativa e qualitativa, na qual as duas são complementares, fazendo parte dos chamados Métodos Mistos de Pesquisa. Os dados quantitativos preestabelecidos explicam influências presentes nas informações (CARDOSO et al, 2019). Os elementos qualitativos mostram a realidade de forma paralela com os fenômenos sociais que ocorrem dentro desta realidade (PATIAS; HOHENDORFF, 2019), sendo que nesta abordagem o foco são os agricultores familiares com produção orgânica.

O método selecionado é denominado Análise Temática (AT), que se trata de uma análise de dados de forma qualitativa, por meio do qual são realizadas compreensões e interpretações, além de relacionar temas e padrões. Desse modo, busca-se detalhar as análises, de forma interpretativa, referente aos dados apresentados. (SOUZA, 2019)

Nesse trabalho, a Análise Temática foi utilizada em uma abordagem indutiva, utilizando-se dos dados para realizar as etapas da metodologia que é a reunião dos dados, a busca por temas a partir dos dados, a nomeação dos temas e a produção de textos como etapa final (SOUZA, 2019).

Os dados foram obtidos no site Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, com mais de 12 mil conjuntos de dados de diversos ministérios, fundações, tribunais, institutos, bancos etc., que são disponibilizados de forma gratuita e pública. Nesse sentido, as informações selecionadas são oriundas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A data que os dados foram inseridos no site, disponíveis pelo Microsoft Excel com todas as informações intituladas “Conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo” do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) remete ao dia 28 de abril de 2022, quando ocorrem atualizações frequentes, e foram utilizados os dados atualizados referentes ao dia 26 de junho de 2023.

3. RESULTADOS

Os dados inseridos no Conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo apresentaram 10.906 registros, dentre os quais 2.706 são agricultores familiares de produção orgânica, representando apenas cerca de 25% dos registros. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA apresenta que há um aumento do consumo e procura de alimentos orgânicos em cerca de 30% ao ano (IPEA, 2016). Houve um aumento no consumo de alimentos orgânicos, apontado por Padua et al. (2013), porém, os autores destacam que muitos consumidores ainda optam pelos alimentos “convencionais” e isso se dá por diversos fatores, dentre eles o valor superior dos produtos orgânicos, o que acaba não sendo acessível a todos.

Essa falta de acessibilidade afeta toda a população, de forma que grupos com poder aquisitivo menor podem não conseguir consumir alimentos orgânicos, e ao mesmo tempo os produtores necessitam de incentivos à produção orgânica e venda destes produtos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem um papel

grandioso ao tentar reduzir algumas problemáticas e contribuir na alimentação dos estudantes brasileiros (SILVA; SOUSA, 2013).

A compra de alimentos orgânicos da agricultura familiar é realizada nas escolas em todo o território brasileiro pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução 38, de julho de 2009. Uma das diretrizes estipula que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC), devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, dispensando o processo licitatório. Essas diretrizes fortalecem a alimentação escolar e incentivam os agricultores familiares. Além disso, beneficiam os estudantes e a comunidade local, permitindo discussões sobre a produção e o desenvolvimento rural no contexto do PNAE, bem como suas relações com o consumo e a saúde pública, o que resulta na aproximação entre pequenos produtores e comerciantes locais para a alimentação escolar (SILVA; SOUSA, 2013).

Silva; Sousa (2013) e Salgado et al. (2020) apontam os benefícios da compra de alimentos da agricultura familiar e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), incluindo o aumento da variedade de alimentos no cardápio das escolas, bem como o fornecimento de alimentos mais frescos e de melhor qualidade. Isso promove a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, valoriza a cultura regional e estimula o comércio local de alimentos.

Porém, Padua et al. (2013) destacam que há dificuldade do consumo de alimentos orgânicos. Os programas implementados pelo governo contribuem de forma significativa, mas ainda é preciso um aumento nos incentivos para que essa procura pelos alimentos orgânicos, que está em crescimento segundo o IPEA (2016), alcance todos os grupos sociais, de forma ampla, sem elitização ou exclusões.

Quanto à produção dos agricultores familiares orgânicos com selo SENAF, houve uma grande variedade de produções. Os nove produtos com maior número de registros podem ser visualizados no Gráfico 1, sendo a produção de fruta como destaque em quantidade, com 555 registros, seguida de hortifruti com 465 registros, verdura com 190 registros, suco/polpa com 159 registros, mel e derivados com 155 registros, doce/compota/geleia com 134 registros, legume com 129 registros, erva e tempero com 109 registros e outros com 91 registros.

O Censo Agropecuário de 2017, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a agricultura familiar teve um papel significativo na produção agrícola, sendo responsável por 23% do valor total produzido no campo. Além disso, a agricultura familiar se destacou como líder na produção de diversos produtos, como mandioca, feijão, leite de vaca, suínos, milho, arroz, café, trigo, ovos e soja. Souza et al. (2019), utilizando de dados do Governo Federal de 2019, apresenta o feijão (70%), arroz (34%) e o café (38%) como grandes produções da agricultura familiar. Já os dados apresentados no Conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo (Gráfico 1) revela a produção de fruta e hortifruti como maior produção, onde os legumes representam apenas 6% de toda a produção. Apresentando que as maiores produções orgânicas da agricultura familiar com selo SENAF não são similares às

maiores produções da agricultura familiar em geral destacadas na Figura 1.

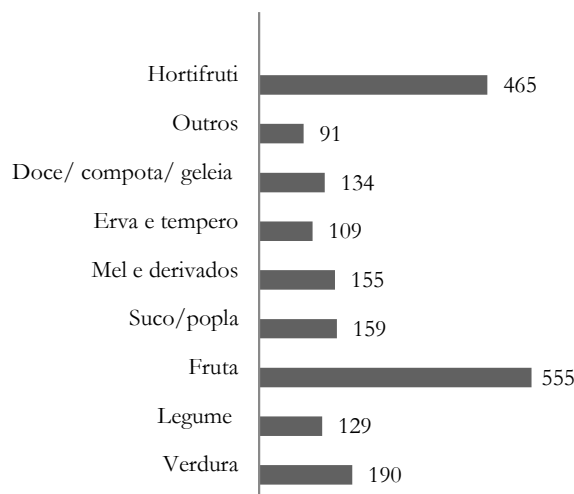


Figura 1. Nove maiores produções registradas de agricultores familiares com produção orgânica. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA (2023).

Figure 1. Nine highest registered productions of family farmers with organic production. Source: Ministry of Agriculture, Livestock and Supply - MAPA (2023).

Entre os selos apresentados, em maior quantidade de registros apresenta-se o Demais Agricultores com 2.328 registros, Mulheres com 183 registros, Indígenas com 75 registros, Sociobiodiversidade com 39 registros, Empresa SENAF com 77 registros, Quilombola com 36 registros e Juventude com 61 registros (Figura 2).

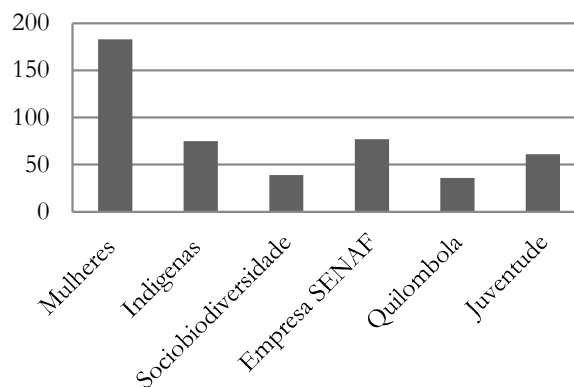


Figura 2. Selos SENAF e a quantidade de registros de agricultores familiares de produção orgânica em cada categoria. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA (2023).

Figure 2. SENAF seals and the number of records of family farmers with organic production in each category. Source: Ministry of Agriculture, Livestock and Supply - MAPA (2023).

Considerando que a categoria “Demais agricultores” representa cerca de 80% dos registros SENAF, com 2.328 registros, o Gráfico 2 se concentra em apresentar a quantidade de registros nas outras categorias.

O selo Demais Agricultores obteve valores próximos de Cooperativas/Associações/Comunidades e de agricultor (a) familiar, sendo 48,10% e 48,02% respectivamente, destacando um “equilíbrio” dentre esses dois perfis.

Já no selo Mulheres, Juventude, Quilombola e Indígenas, a maior parte dos registros foi como agricultor (a) familiar, sendo assim, selos com menos registros em cooperativa/associações/comunidades quando comparado aos outros (gráfico 3).

Essa diferença pode se dar ao fato que o selo Demais Agricultores apresentou 2.328 registros e os outros selos apresentaram menos de 200 registros, com Quilombola tendo menos de 40 registros. Esses valores tão destoantes revelam que os grupos sociais presentes no campo possuem menos registros. Segundo Delgado e Bergamasco (2017), a agricultura familiar desempenha um papel abrangente, funcionando como um conceito inclusivo que engloba diversas expressões sociais relacionadas ao meio rural brasileiro. Essas manifestações envolvem grupos como imigrantes, indígenas, afrodescendentes, mestiços e brancos não herdeiros, que eram anteriormente denominados como pequenos agricultores no Brasil. Embora esses grupos sejam distintos entre si, ao longo da história do Brasil, eles foram considerados secundários e negligenciados nos processos de desenvolvimento, permanecendo invisíveis.

Assim, por uma invisibilização social dos grupos de forma estrutural e enraizada, os registros de grupos que não são “Demais agricultores” acaba sendo menor, e nesse caso, alguns tendo uma quantidade extremamente baixa.

Silva e Sousa (2013), em sua pesquisa, verificaram que muitos agricultores e cooperativas produtoras de alimentos orgânicos não possuíam certificação para seus produtos e por tal motivo enfrentavam desafios na produção, o que evidenciou a necessidade de apoio técnico para melhorar e ampliar as oportunidades de comercialização para além da alimentação escolar, como os mercados institucionais. Estratégias como certificação participativa e parcerias com organizações não governamentais e universidades podem ser

adotadas para fornecer orientação e suporte aos agricultores familiares e cooperativas. Essas estratégias devem fortalecer a capacidade dos produtores e aumentar suas chances de sucesso no mercado orgânico.

Essa falta de certificação também é apresentada por Gargalho et al. (2018), que apresenta a falta de acompanhamento técnico como um pilar desse problema que causa lacunas e até mesmo dados que podem ser diferentes da realidade, já que nem todos possuem certificação. Assim, os baixos registros dos selos das Mulheres, Indígenas, Sociobiodiversidade, Empresa SENAF, Quilombola e Juventude podem não significar que há poucas pessoas destes grupos na agricultura familiar, mas sim que muitas certificações não são feitas e aquelas que são realizadas acabam sendo incluídas na categoria de Demais Agricultores, evidenciando questões históricas de ocultação desses grupos (GARGALHO et al., 2018).

Na relação dos selos com os perfis dos agricultores familiares de produção orgânica é possível ser registrado como Cooperativas/Associações/Comunidades, agricultor (a) familiar ou sem nome (Tabela 1)

Os selos que tiveram maior número no perfil Cooperativas/Associações/Comunidades foram o selo Sociobiodiversidade e empresa SENAF, enquanto todos os outros selos tiveram destaque no perfil agricultor (a) familiar. Desse modo, os registros com o perfil agricultor (a) familiar foi de 1.404, enquanto os das Cooperativas/Associações/Comunidades foi de 1285 registros.

Os selos apresentados na tabela 1 são as letras iniciais de cada selo, sendo DA (Demais agricultores), M (Mulheres), I (Indígenas), S (Sociobiodiversidade), E (Empresa SENAF), Q (Quilombola) e J (Juventude).

Tabela 1. Selos registrados e os perfis apresentados, quantidade dos selos em cada perfil.

Table 1. Registered seals and profiles presented, number of seals in each profile.

PERFIS	SELOS REGISTRADOS						
	DA	M	I	S	E	Q	J
Cooperativas/ Associações/ Comunidades	1116 (48,10%)	34 (18,57%)	17 (22,66%)	38 (97,43%)	61 (79,22%)	17 (47,22%)	2 (3,27%)
Agricultor(a) Familiar	1118 (48,02%)	149 (81,42%)	58 (77,33%)	1 (2,56%)	0 (0%)	19 (52,77%)	59 (96,72%)
Sem nome	94 (4,05%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	16 (20,77%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA (2023).

Source: Ministry of Agriculture, Livestock and Supply - MAPA (2023).

Há agricultores familiares que optam por se organizar em cooperativas como forma de fortalecer suas atividades agrícolas e alcançar benefícios coletivos, acesso a serviços de apoio e ao mercado de forma mais ampla (LAGO et al., 2006). Desse modo, encontram-se cooperativas de agricultores familiares com o selo, como apresentado na Tabela 1.

No site do governo, é informado que o selo SENAF pode ser adquirido por pessoa física, associações ou cooperativas de agricultores familiares, desde que tenham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Os registros do conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo, apresentavam os estados de cada

registro (Figura 3), onde apenas dois estados não tiveram registros: Roraima (RR) e Sergipe (SE). Já os outros estados apresentaram registros, sendo o Rio Grande do Sul (RS) o estado com maior número de registros: 378, seguido do Pará (PA) com 346, Pernambuco (PB) com 290 e Bahia (BA) com 251.

Gargalho et al. (2018) apresentam que entre os anos de 2015 a 2018 mudaram os dados dos estados com maior número de produtores orgânicos cadastrados. Em 2015, os destaques eram Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Santa Catarina. Já em 2018 os estados foram o Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Pará. Percebe-se, nessas informações uma forte e constante presença de estados do sul brasileiro.

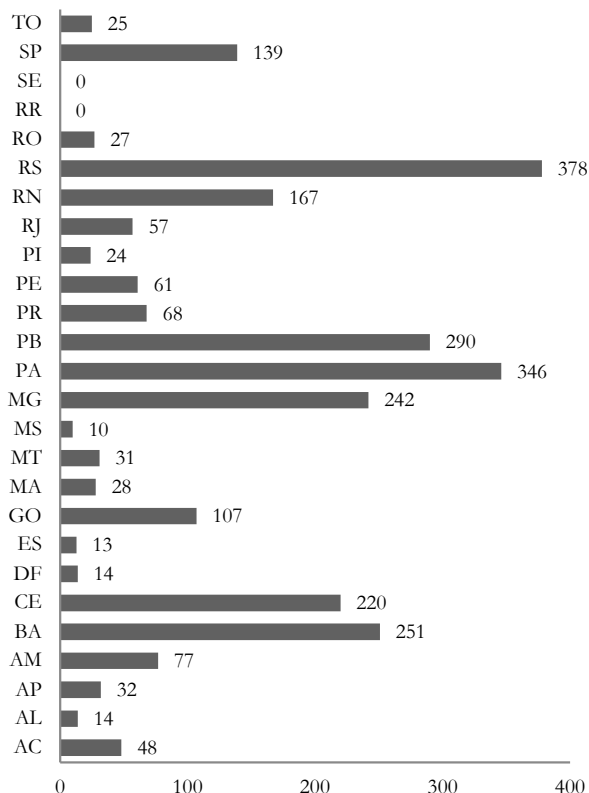


Figura 3. Quantidade de registros de agricultores familiares produtores orgânicos em cada estado brasileiro. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA (2023).

Figure 3: Number of records of organic family farmers in each Brazilian state. Source: Ministry of Agriculture, Livestock and Supply - MAPA (2023).

Nos dados apresentados dos agricultores familiares de produção orgânica com selo SENAF, o primeiro estado com maior número de registros foi um estado do Sul, porém os outros estados são da região Norte e Nordeste, sendo a Nordeste com mais estados.

Assim como Silva; Sousa (2013), Gargallo et al. (2018) observam que há ausência de certificação em estabelecimentos e que tal fato pode se dar em virtude da falta de acompanhamento técnico dos produtores e agricultores e às práticas orgânicas de produção. Tanto os estabelecimentos certificados como aqueles não certificados apresentaram deficiências na orientação técnica, uma vez que, em 2006, 75,19% de todos os estabelecimentos que utilizavam agricultura orgânica no Brasil não receberam nenhum tipo de orientação.

Apesar da falta de certificações, algumas regiões apresentaram um crescimento significativo no número de produtores orgânicos cadastrados. Destacam-se com o expressivo aumento os estados de Roraima, Acre, Minas Gerais e Amapá, com incrementos de aproximadamente 517%, 633%, 1956% e 4700%, respectivamente. Um fator que contribuiu para o considerável aumento, especialmente nos estados da região Norte, foi o assentamento de agricultores por meio da reforma agrária em áreas rurais, incentivando a produção orgânica (GARGALHO et al., 2018). O segundo estado com maior número de registros de agricultores familiares de produção orgânica com selo SENAF pertence à região Norte, o Pará (Gráfico 3), que esteve presente nos estudos de Gargallo et al. (2018) de

agricultores familiares de produção orgânica. Apresentando que o Pará e a região Norte podem ultrapassar as outras regiões brasileiras e que a reforma agrária juntamente com assistência e apoio técnico podem elevar o número de certificações.

4. DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), denominado “Conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo” de 2022. Foram analisados 2706 registros do total de 10.906 registros, apresentando que aproximadamente 25% referem-se a agricultores familiares obtentores do selo SENAF, na condição de produtores de orgânicos.

Todo o estudo utilizou os dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, gerando gráficos e análises importantes para discussões atuais e futuras, pois há necessidade de acompanhar mudanças e para isso é necessário um olhar detalhado dos dados disponíveis.

5. CONCLUSÕES

Falta apoio técnico, um problema que gera um número de certificações menor do que a produção real, dificultando a visualização dos números em sua totalidade, gerando lacunas sobre o atual cenário. Desse modo, há necessidade de apoio técnico para atualização dos números.

A agricultura familiar de produção orgânica com selos SENAF carece de mais dados Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para mais estudos e compreensão dos problemas presentes, a fim de caminhar para uma agricultura mais inclusiva, como aumento de registros dos selos SENAF que hoje se encontram baixos e acabam escondendo os diferentes grupos que são atuantes na produção.

O crescimento do consumo e procura por alimentos orgânicos indica interesse da sociedade pelo consumo destes alimentos, mas ainda é necessário que se pensem estratégias para que esse alimento possa estar ao alcance de toda a população, independente do poder aquisitivo.

Apesar de existirem iniciativas relevantes como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), há necessidade de ampliação do incentivo para a produção e o consumo de alimentos orgânicos da agricultura familiar de modo que se possam unir produtores e consumidores de qualquer lugar, a fim de garantir soberania alimentar e geração/manutenção de renda para ambos os grupos.

A análise de dados como a apresentada neste estudo é fundamental para monitorar o progresso e identificar oportunidades de melhoria nas políticas e programas relacionados à agricultura familiar e orgânica.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura**. Vitrine da Agricultura Familiar, 2023. Disponível em: <<https://sistemasweb.mda.gov.br/vitrine/solicitar-selo>> Acesso em 01 de jul. 2023.
- CARDOSO, E. S.; MORENO, E. C.; YAMASHITA, O. M. Políticas públicas, agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil e em Mato Grosso.

- Nativa**, v. 6, n. 2, p. 124-133, 2018. <https://doi.org/10.31413/nativa.v6i2.4523>
- CARDOSO, V.; TREVISAN, V.; CIOLELLA, D. A.; WATERKEMPER, R. Revisão sistemática de métodos mistos: método de pesquisa para a incorporação de evidências na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, e20170279, 2019. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0279>
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, v. 470, 2017.
- GALHARDO, L. R.; DA SILVA, L. F. S.; LIMA, A. S. F. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 37-45, 2018.
- IBGE_Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> Acesso em: 03 set. 2023.
- IPEA_Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios do desenvolvimento**. Edição. 88, 2016. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3290&Itemid=8>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- LAGO, A.; LENGLER, L.; CORONEL, D. A.; SILVA, T. N. Agricultura familiar de produtos orgânicos: um olhar sob a ótica do marketing. **Extensão Rural**, v. 13, p. 96-119, 2006.
- MAPA_Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Conjunto de informações sobre obtentores do SENAF e produto da agricultura familiar identificados com o selo**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/dadosabertos>> Acesso em: 03 set. 2023.
- PADUA, J. B.; SCHLINDWEIN, M. M.; GOMES, E. P. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações**, v. 14, n.2. p. 225-235, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122013000200009>
- PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em estudo**, v. 24, e43536, 2019. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.43536>
- SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; SOUZA, W. J. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do programa de aquisição de alimentos no Brasil. **Mundo Agrário**, v. 21, n. 46, p. 137-137, 2020.
- SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 26, p. 701-714, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732013000600009>
- SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- SOUZA, P. M.; FORNAZIER, A.; SOUZA, H. M.; PONCIANO, N. J. Diferenças regionais de tecnologia na agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 594-617, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.169354>

Contribuição dos autores: N.A.P. – conceituação, redação (esboço original), metodologia, coleta de dados; D.W.G. – análise dos dados, redação (revisão e edição); L.M.O.R.A. – redação (revisão e edição). Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento 001.

Revisão por comitê institucional: *Não se aplica.*

Comitê de Ética: *Não se aplica.*

Disponibilização de dados: Os dados da pesquisa podem ser adquiridos pelos Portais Brasileiros de Dados Abertos do Governo Federal e/ou mediante solicitação ao autor correspondente, através de e-mail

Conflito de Interesse: Os autores declaram que não existem conflitos de interesse com outros pesquisadores ou instituições.